

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.763.110
Preferenciais	0
Total	4.763.110
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	3.623.299	3.490.161
1.01	Ativo Circulante	300.826	231.238
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	221.351	158.411
1.01.02	Aplicações Financeiras	27.986	28.655
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.986	28.655
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	27.986	28.655
1.01.03	Contas a Receber	48.581	41.596
1.01.03.01	Clientes	47.197	40.208
1.01.03.01.01	Contas a Receber	47.197	40.208
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.384	1.388
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	1.384	1.388
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.475	511
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.475	511
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.475	511
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.214	1.888
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.214	1.888
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	219	177
1.01.08.03	Outros	219	177
1.01.08.03.02	Outros Créditos	219	177
1.02	Ativo Não Circulante	3.322.473	3.258.923
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.950.698	1.891.650
1.02.01.04	Contas a Receber	68	44
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	68	44
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	396	400
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.842.251	1.793.233
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	1.842.251	1.793.233
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	107.983	97.973
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	69	69
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	107.914	97.904
1.02.03	Imobilizado	37.657	37.210
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.994	6.831
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	30.663	30.379
1.02.04	Intangível	1.334.118	1.330.063
1.02.04.01	Intangíveis	1.334.118	1.330.063
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.282.567	1.290.761
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	51.551	39.302

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	3.623.299	3.490.161
2.01	Passivo Circulante	346.669	321.762
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.182	8.139
2.01.01.01	Obrigações Sociais	9.182	8.139
2.01.02	Fornecedores	22.523	24.785
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.523	24.785
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	22.523	24.785
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.078	32.360
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.078	32.360
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	22.468	21.527
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11.610	10.833
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	54.839	11.895
2.01.04.02	Debêntures	54.839	11.895
2.01.05	Outras Obrigações	35.964	31.968
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.489	4.758
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.489	4.758
2.01.05.02	Outros	30.475	27.210
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	12.463	8.164
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	9.318	8.441
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.792	2.388
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	1.279	1.224
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	5.623	6.993
2.01.06	Provisões	190.083	212.615
2.01.06.02	Outras Provisões	190.083	212.615
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	190.083	212.615
2.02	Passivo Não Circulante	3.019.475	2.907.112
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.512.675	2.460.030
2.02.01.02	Debêntures	2.512.675	2.460.030
2.02.01.02.01	Debêntures	2.512.675	2.460.030
2.02.02	Outras Obrigações	28.714	26.859
2.02.02.02	Outros	28.714	26.859
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	28.714	26.859
2.02.03	Tributos Diferidos	77.313	103.224
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	77.313	103.224
2.02.04	Provisões	400.773	316.999
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.180	6.830
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	7.180	6.830
2.02.04.02	Outras Provisões	393.593	310.169
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	393.593	310.169
2.03	Patrimônio Líquido	257.155	261.287
2.03.01	Capital Social Realizado	129.625	129.625
2.03.04	Reservas de Lucros	127.530	131.662
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	127.530	131.662

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	200.052	1.043.809
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	174.086	1.039.487
3.01.02	Receita de Serviços de Construção	25.966	4.322
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-150.738	-571.338
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-124.772	-567.016
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-25.966	-4.322
3.03	Resultado Bruto	49.314	472.471
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.513	-12.802
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.602	-12.878
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-8.602	-12.878
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	89	76
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	40.801	459.669
3.06	Resultado Financeiro	-42.161	-10.292
3.06.01	Receitas Financeiras	65.560	33.459
3.06.01.01	Receitas Financeiras	65.560	33.459
3.06.02	Despesas Financeiras	-107.721	-43.751
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-107.721	-43.751
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.360	449.377
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.285	-150.887
3.08.01	Corrente	-23.626	-29.171
3.08.02	Diferido	25.911	-121.716
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	925	298.490
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	925	298.490
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,1942	62,6685

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	925	298.490
4.03	Resultado Abrangente do Período	925	298.490

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	93.450	67.521
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	127.914	108.984
6.01.01.01	Lucro líquido do período	925	298.490
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	24.900	17.821
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-25.911	121.716
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas	-59.028	-30.884
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre debêntures	93.852	34.144
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	11.246	8.669
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	556	6.002
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios.	120	105
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	81.257	530.876
6.01.01.19	Receita de reequilíbrio	-3	-877.955
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-34.464	-41.463
6.01.02.01	Contas a receber	-7.013	-4.435
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	4	-25
6.01.02.04	Despesas antecipadas	678	567
6.01.02.05	Impostos a recuperar	-10.974	-4.870
6.01.02.06	Outros créditos	-42	537
6.01.02.09	Fornecedores	499	1.413
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	184	-4.456
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	-292	-52
6.01.02.12	Obrigações sociais	1.043	100
6.01.02.13	Obrigações fiscais	33.831	33.961
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-22.630	-30.472
6.01.02.15	Credores pela concessão e taxa de fiscalização	55	53
6.01.02.16	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-326	-7.769
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-30.622	-26.504
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	1.737	305
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-596	184
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.237	-55.177
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-520	-174
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-28.386	-13.494
6.02.10	Aplicação Financeira	669	-41.509
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.273	-9.224
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-2.273	-1.272
6.03.15	Pagamento Debêntures - principal/juros	0	-7.952
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	62.940	3.120
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	158.411	75.091
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	221.351	78.211

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	131.662	0	0	261.287
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	131.662	0	0	261.287
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-5.057	0	0	-5.057
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-5.057	0	0	-5.057
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	925	0	925
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	925	0	925
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	925	-925	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	925	-925	0	0
5.07	Saldos Finais	129.625	0	127.530	0	0	257.155

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.625	0	191.087	0	0	320.712
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.625	0	191.087	0	0	320.712
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-5.112	0	-5.112
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.112	0	-5.112
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	298.490	0	298.490
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	298.490	0	298.490
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	129.625	0	191.087	293.378	0	614.090

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	216.470	1.059.020
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	187.015	173.176
7.01.02	Outras Receitas	29.455	885.844
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	25.966	4.322
7.01.02.02	Outras receitas	3.489	3.567
7.01.02.04	Receita de Reequilíbrio	0	877.955
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-121.810	-556.286
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.756	-6.881
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.301	-3.481
7.02.04	Outros	-112.753	-545.924
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-25.966	-4.322
7.02.04.02	Custos da Concessão	-4.525	-4.336
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-81.257	-530.876
7.02.04.04	Outros	-1.005	-6.390
7.03	Valor Adicionado Bruto	94.660	502.734
7.04	Retenções	-24.900	-17.821
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.900	-17.821
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	69.760	484.913
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	65.560	33.459
7.06.02	Receitas Financeiras	65.560	33.459
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	135.320	518.372
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	135.320	518.372
7.08.01	Pessoal	12.577	10.060
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.303	7.632
7.08.01.02	Benefícios	2.143	1.908
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.131	520
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.108	166.075
7.08.02.01	Federais	4.708	157.379
7.08.02.02	Estaduais	1	2
7.08.02.03	Municipais	9.399	8.694
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	107.710	43.747
7.08.03.01	Juros	93.852	34.144
7.08.03.02	Aluguéis	31	42
7.08.03.03	Outras	13.827	9.561
7.08.03.03.04	Outras	13.827	9.561
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	925	298.490
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.057	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-4.132	298.490

Comentário do Desempenho



Release de Resultados 1T25

Comentário do Desempenho



São Paulo, 15 de maio de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Companhia” ou “Intervias”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao primeiro trimestre de 2025 (“1T25”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31 de março de 2025.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **3,1%** no tráfego no 1T25, com **18,6 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **63,5%** do tráfego representado por veículos pesados e **36,5%** por veículos leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 187,0 milhões** no 1T25, com crescimento de **8,0%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 147,0 milhões** com margem de **84,4%** no 1T25.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T25	1T24	Δ%
Total	18.567	18.010	3,1%
Leves	6.779	6.667	1,7%
Pesados	11.788	11.343	3,9%

O tráfego pedagiado registrado no 1T25 foi de 18,6 milhões de veículos equivalentes, um crescimento de 3,1% em relação ao mesmo período no ano anterior. O *mix* de veículos foi de 63,5% para os veículos pesados e 36,5% para os leves.

O tráfego de veículos leves foi impulsionado por feriados prolongados e a volta das férias de final do ano. No segmento de veículos pesados, destacam-se a implementação da cobrança por eixos suspensos desde fevereiro de 2024.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	1T25	1T24	Δ%
Tarifa Média	10,07	9,62	4,8%

No comparativo trimestral, a tarifa média registrada para o ano de 2025 foi de R\$ 10,07, um aumento de 4,8%.

O ajuste tarifário das praças de pedágio da Intervias sempre ocorre no dia 01 de julho do ano corrente e esse crescimento decorre exclusivamente da correção do IPCA acumulado do período.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Receita Bruta	216.381	1.058.944	(79,6%)
Receitas de pedágio	187.015	173.176	8,0%
Receitas de Construção	25.966	4.322	500,8%
Receita de reequilíbrio	-	877.955	(100,0%)
Outras Receitas	3.400	3.491	(2,6%)
Deduções	(16.329)	(15.135)	7,9%
Receita Operacional Líquida	200.052	1.043.809	(80,8%)
Receita Líquida Ajustada¹	174.086	161.532	7,8%

1: Excluindo a Receita de Construção e Receita de Reequilíbrio

Receita de Pedágio

A receita de pedágio contabilizada pela Companhia foi de R\$ 187,0 milhões no 1T25, um avanço de 8,0% em relação ao mesmo período no ano anterior. O crescimento registrado reflete o aumento no volume de tráfego de veículos na rodovia durante o período, aliado ao reajuste tarifário aplicado conforme os índices de inflação.

Receitas de Construção

O valor registrado no 1T25 foi de R\$ 26,0 milhões, um aumento nominal de R\$ 21,6 milhões no comparativo dos períodos. Essa linha de receita é uma representação contábil, sem efeito caixa para a Companhia, sendo integralmente compensada pelo mesmo valor registrado como custo dos serviços de construção.

Outras Receitas

As receitas acessórias da Companhia apresentaram um valor de R\$ 3,4 milhões no 1T25, um decréscimo de 2,6% no comparativo trimestral.

Comentário do Desempenho



Intervias

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(27.128)	(31.121)	(12,8%)
Pessoal	(12.577)	(10.060)	25,0%
Conservação	(2.759)	(4.266)	(35,3%)
Serviços de terceiros	(3.234)	(3.305)	(2,1%)
Seguros e garantias	(842)	(877)	(4,0%)
Verba de fiscalização	-	-	-
Custos com Poder Concedente	(3.689)	(3.462)	6,6%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(556)	(6.002)	(90,7%)
Outros	(3.471)	(3.149)	10,2%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(132.123)	(553.019)	(76,1%)
Custo dos serviços de construção	(25.966)	(4.322)	500,8%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(81.257)	(530.876)	(84,7%)
Depreciação e Amortização	(24.900)	(17.821)	39,7%
Custos e Despesas Operacionais	(159.251)	(584.140)	(72,7%)

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 159,3 milhões no 1T25, diminuição de 72,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para a conta de Provisão para Manutenção em Rodovias, com uma redução nominal de R\$ 449,6 milhões. Desconsiderando o custo dos serviços de construção, a provisão para manutenção e a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$ 27,1 milhões, redução de 12,8% em comparação ao trimestre anterior.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	925	298.490	(99,7%)
(+) Depreciação e Amortização	24.900	17.821	39,7%
(+) Resultado Financeiro	42.161	10.292	309,6%
(+) IR e CSLL	(2.285)	150.887	(101,5%)
EBITDA¹	65.701	477.490	(86,2%)
<i>Margem EBITDA²</i>	<i>37,7%</i>	<i>45,9%</i>	<i>(8,2 p.p.)</i>
(+) Prov. para Manut. De Rodovias	81.257	530.876	(84,7%)
EBITDA Ajustado³	146.958	1.008.366	(85,4%)
<i>Margem EBITDA Ajustada²</i>	<i>84,4%</i>	<i>97,0%</i>	<i>(12,6 p.p.)</i>

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

Comentário do Desempenho



Intervias

O EBITDA Ajustado registrado pela Companhia foi de R\$ 147,0 milhões no 1T25, com uma margem de 84,4%. A diminuição de 12,6 pontos percentuais na margem reflete ao reconhecimento do "Acordo FIPE" – TAM nº 01/2024 no 1T24, impactando positivamente o EBITDA Ajustado do trimestre comparável.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Depreciação e Amortização	24.900	17.821	39,7%

A conta de depreciação e amortização da Companhia somou, no 1T25, o valor de R\$ 24,9 milhões, um aumento de 39,7% em relação ao mesmo período no ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Financeiro	(42.161)	(10.292)	309,6%
Receitas financeiras	65.560	33.459	95,9%
Despesas financeiras	(107.721)	(43.751)	146,2%

O resultado financeiro contabilizado pela Intervias foi de uma despesa financeira de R\$ 42,2 milhões no primeiro trimestre de 2025, um aumento nominal de R\$ 31,9 milhões em relação ao valor registrado no mesmo período de 2024. Esse avanço decorre de um aumento das despesas financeiras devido a 11ª emissão realizada em junho de 2024.

IR e CSLL

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
IR e CSLL	2.285	(150.887)	(101,5%)
Corrente	(23.626)	(29.171)	(19,0%)
Diferido	25.911	(121.716)	(121,3%)

No 1T25, a Intervias contabilizou um valor de R\$ 2,3 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social, frente ao saldo negativo de R\$ 150,9 milhões no 1T24.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T25	1T24	Δ%
Resultado Líquido	925	298.490	(99,7%)

O Resultado Líquido registrado pela Companhia no 1T25 foi de R\$ 0,9 milhão, diminuição de 99,7% comparado ao mesmo período do ano anterior. Essa variação ocorre, predominantemente, do reconhecimento excepcional do "Acordo FIPE" – TAM nº 01/2024, impulsionando o resultado do 1T24.

Comentário do Desempenho



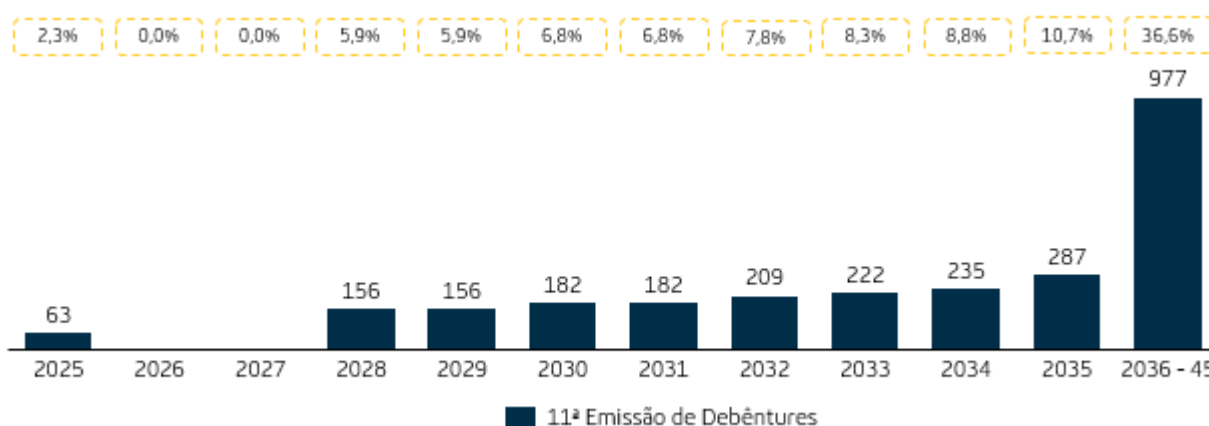
Intervias

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	1T25	4T24	Δ%
Dívida Bruta	2.567.514	2.471.925	3,9%
Curto Prazo	54.839	11.895	361,0%
Longo Prazo	2.512.675	2.460.030	2,1%
Posição de Caixa	249.337	187.066	33,3%
Caixa e equivalentes de caixa	249.337	187.066	33,3%
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-
Dívida Líquida	2.318.177	2.284.859	1,5%

No 1T25, a dívida bruta da Intervias totalizou R\$ 2.567,5 milhões, uma variação de 3,9% em relação ao valor registrado no fim do 4T24.

A dívida líquida da Companhia finalizou o exercício em um montante de R\$ 2.318,2 milhões, uma evolução de 1,5% em relação ao final do trimestre anterior.

Aging da Dívida – março de 2025

Conforme apresentado no gráfico acima, o cronograma de amortização da dívida bruta da Companhia ocorre, em sua maioria, no longo prazo.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
Investimentos	56.804	35.115	61,8%

No 1T25, a Intervias investiu R\$ 56,8 milhões, crescimento de 61,8% em relação ao mesmo período de 2023. O avanço reflete a intensificação das obras realizadas ao longo do período. A variação é devida a intensificação da 4ª intervenção da SP-330, duplicação da SP-191 km 52,7 ao 70,2 e obras em melhoramentos de taludes em 2025.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2039
Melhorias na Infraestrutura	574.177
Recuperações/Manutenções	2.621.117
Total	3.195.294

*Base Monetária: março/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de março de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Intervias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

Araras, 15 de maio de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Wallace Vinicius dos Santos Merlin
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho



Intervias

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	1T25	1T24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	216.381	1.058.944	(79,6%)
Receitas de pedágio	187.015	173.176	8,0%
Receitas de obras	25.966	4.322	500,8%
Receita de reequilíbrio	-	877.955	(100,0%)
Outras Receitas	3.400	3.491	(2,6%)
DEDUÇÕES DA RECEITA	(16.326)	(15.135)	7,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	200.055	1.043.809	(80,8%)
CUSTOS E DESPESAS	(134.354)	(566.319)	(76,3%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(19.596)	(19.240)	1,9%
Custo dos serv. de construção	(25.966)	(4.322)	500,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(7.621)	(11.957)	(36,3%)
Remuneração da administração	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(81.257)	(530.876)	(84,7%)
Outras receitas operacionais, líquidas	86	76	13,2%
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
EBITDA	65.701	477.490	(86,2%)
Margem EBITDA	37,7%	45,9%	(8,2 p.p.)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(24.900)	(17.821)	39,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(42.161)	(10.292)	309,6%
Receitas financeiras	65.560	33.459	95,9%
Despesas financeiras	(107.721)	(43.751)	146,2%
Variação cambial, líq.	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(1.360)	449.377	(100,3%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.285	(150.887)	(101,5%)
Corrente	(23.626)	(29.171)	(19,0%)
Diferido	25.911	(121.716)	(121,3%)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	925	298.490	(99,7%)

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	1T25	4T24	Δ%
ATIVO	3.623.299	3.490.161	3,8%
CIRCULANTE	300.826	231.238	30,1%
Caixa e equivalentes de caixa	221.351	158.411	39,7%
Aplicações Financeiras	27.986	28.655	(2,3%)
Contas a receber	47.197	40.208	17,4%
Contas a receber - partes relacionadas	1.384	1.388	(0,3%)
Despesas antecipadas	1.214	1.888	(35,7%)
Impostos a recuperar	1.475	511	188,6%
Outros créditos	219	177	23,7%
NÃO CIRCULANTE	3.322.473	3.258.923	2,0%
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	1.842.251	1.793.233	2,7%
Impostos a recuperar	107.914	97.904	10,2%
Despesas antecipadas	396	400	(1,0%)
Depósitos judiciais	69	69	0,0%
Outras contas a receber	68	44	54,5%
Direito de uso (IFRS 16)	30.663	30.379	0,9%
Imobilizado	6.994	6.831	2,4%
Intangível	1.334.118	1.330.063	0,3%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.623.299	3.490.161	3,8%
CIRCULANTE	346.669	321.762	7,7%
Debêntures	54.839	11.895	361,0%
Fornecedores	22.523	24.785	(9,1%)
Risco Sacado	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	5.623	6.993	(19,6%)
Obrigações sociais	9.182	8.139	12,8%
Obrigações fiscais	34.078	32.360	5,3%
Contar a pagar - partes relacionadas	5.489	4.758	15,4%
Cauções contratuais	9.318	8.441	10,4%
Credores pela concessão	1.279	1.224	4,5%
Provisão para manutenção em rodovias	190.083	212.615	(10,6%)
Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP)	12.463	8.164	52,7%
Outras contas a pagar	1.792	2.388	(25,0%)
NÃO CIRCULANTE	3.019.475	2.907.112	3,9%
Debêntures	2.512.675	2.460.030	2,1%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	28.714	26.859	6,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77.313	103.224	(25,1%)
Provisão para manutenção em rodovias	393.593	310.169	26,9%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.180	6.830	5,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	257.155	261.287	(1,6%)
Capital social	129.625	129.625	0,0%
Reserva legal	25.925	25.925	0,0%
Reserva de lucros	101.605	105.737	(3,9%)

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 31 de março de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Sociedade” ou “Intervias”) é uma Sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A. I. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

Em novembro de 2015, a Arteris S.A. transferiu para a Arteris Participações 49% da participação que possui na Intervias. Em 31 de outubro de 2024, a Arteris Participações foi incorporada ao patrimônio da Arteris S.A. Após essa operação, a Arteris S.A. passou a deter 100% das ações da Sociedade.

2. CONCESSÃO

Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024

Em 10 de janeiro de 2024, foi celebrado o "Acordo Definitivo Coletivo" por meio do Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024 entre as concessionárias Intervias, Vianorte S.A., Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., e Autovias S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP (“Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transportes do Estado de São Paulo”).

O Acordo Definitivo Coletivo estabelece, como destaque:

- (i) O encerramento das ações judiciais propostas pelo Poder Concedente, ARTESP, Arteris e pelas concessionárias que discutiam a validade dos TAMs 2006;
- (ii) A preservação, de forma irrevogável e irretroatável, do prazo de vigência estabelecido pelo TAM 2006 para a Sociedade; e
- (iii) O encontro de contas relativos aos recálculos dos TAMs 2006 gerou os seguintes valores:

	Créditos (débitos) das Sociedades (a)	Reequilíbrio por meio de extensão do prazo (b)	Créditos (débitos) remanescentes das Sociedades (a + b) (c)	Créditos (débitos) das Sociedades (d)	Créditos (débitos) remanescentes (c + d) (e)
Centrovias	9.782	-	9.782	(1.990.556)	(1.980.774)
Intervias	2.096.312	(877.955)	1.218.357	1.734.556	2.952.913
Autovias	(11.588)	-	(11.588)	(775.102)	(786.691)
Vianorte	4.637	-	4.637	(616.535)	(611.898)
TOTAL	2.099.143	(877.955)	1.221.188	(1.647.637)	(426.449)

Notas Explicativas

- (a) Crédito líquido em favor da Sociedade gerado em razão do encontro de contas relativos aos recálculos do TAM 2006 conforme cláusulas 3.3 a 3.6 do Acordo Definitivo.
- (b) Reequilíbrio mediante extensão de prazo da concessão, sendo mantido o período do TAM 2006 vigente até 18 de janeiro de 2028 e, estabelecido que o respectivo reequilíbrio passe a ser vigente desta data até 31 de dezembro de 2039, nos termos da cláusula 3.7. do Acordo Definitivo e cláusula 7.1.III.a, do Acordo Preliminar firmado em 20 de setembro de 2022, gerando a obrigação de realizar investimentos relacionados à manutenção dos níveis de serviço nos sistemas rodoviários, bem como para a aquisição de veículos, equipamentos e sistemas vinculados à operação. Os valores desses investimentos serão objeto de discussão no decorrer das análises para finalização dos cálculos dos eventos de desequilíbrios.
- (c) Crédito remanescente em favor da Sociedade, conforme cláusula 4.1 inciso IV do Acordo Definitivo.
- (d) Débito decorrente do TAM 01/2024, o qual liquidou todos os débitos e créditos da Intervias, Autovias S.A., Centrovias S.A. e Vianorte S.A., sendo o saldo líquido remanescente sucedido em favor da Intervias.
- (e) Conforme mencionado na cláusula 4.2, o débito remanescente da Sociedade será integralmente quitado quando da conclusão dos cálculos aos eventos de desequilíbrio previstos para ocorrer ao final do ano contratual 28 ou seja, 31 de dezembro de 2028. Não há provisão do débito remanescente uma vez que conforme mencionado no inciso VIII do artigo 1º do TAM 01/2024 existem desequilíbrios pendentes de apuração de valores, que após apurados, a estimativa da Administração e conforme consta na cláusula 4.2, é que sejam superiores ao débito remanescente. Sendo as obras previstas no referido acordo, em seu anexo II, referente à melhoramentos e ampliação da capacidade da rodovia.

Em decorrência do Acordo Definitivo Coletivo, no exercício de 2024 a Sociedade registrou em seu resultado, na constituição inicial na assinatura do acordo, o montante de R\$877.955 na rubrica de receita de reequilíbrio, vide nota explicativa n.º 20, o montante de R\$463.710 na rubrica de provisão de manutenção, referente aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias, vide nota explicativa n.º 18 e o montante de R\$140.843 de impostos diferidos.

Para finalização dos cálculos dos eventos de desequilíbrios a ARTESP criará um grupo de trabalho com representantes de cada diretoria da ARTESP e com a participação de representantes das concessionárias.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de maio de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Notas Explicativas

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2025	31.12.2024
Caixa e contas bancárias	2.376	2.112
Aplicações financeiras (a)	218.975	156.299
Total	221.351	158.411

Aplicações financeiras

	31.03.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos (b)	27.986	28.655
Total	27.986	28.655

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB, LFT e LF possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,96% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,7% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	46.781	-	39.794	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	139	-
Cartões de pedágio a receber (b)	115	-	127	-
Receitas acessórias a receber (c)	296	68	142	44
Outras receitas a receber	5	-	6	-
Total	47.197	68	40.208	44

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de crédito e vale-pedágio.

(c) Valores a receber de receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Cronograma de recebimento:

	31.03.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	47.197	68	40.208	44
	47.197	68	40.208	44

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) avalia individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas estimadas com recebíveis em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas informações contábeis intermediárias do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.360)	449.377
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	462	(152.788)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	1.720	1.738
Outras diferenças permanentes	103	163
Total	2.285	(150.887)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(23.626)	(29.171)
Diferido	25.911	(121.716)
	2.285	(150.887)
Alíquota efetiva de impostos	(168%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido	
	31.03.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	3.011	2.394
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	7.180	6.830
Outras provisões	306	144
Provisão para manutenção de rodovias (b)	583.676	522.784
Arrendamentos	3.674	3.474
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	597.847	535.626
Alíquota nominal	34%	34%
Total	203.268	182.113
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Direito de concessão incorporado (c)	(4.932)	(5.016)
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (d)	(23.317)	(23.317)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (d)	16.614	16.500
Direito de exploração - reequilíbrio (e)	(813.602)	(827.392)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(825.237)	(839.225)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(280.581)	(285.337)
Total do imposto de renda e contribuição social (passivo) ativo	(77.313)	(103.224)

Movimentos de resultados representados por:

Notas Explicativas

	31.03.2025	31.03.2024
Provisão de participação nos lucros	617	22
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	350	(1.662)
Direito de concessão incorporado (c)	84	84
Outras provisões/(reversões)	162	(150)
Provisão para manutenção de rodovias (b)	60.892	512.203
Arrendamentos	200	163
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	114	113
Direito de exploração - reequilíbrio (e)	13.790	(868.762)
Base de cálculo diferenças temporárias	76.209	(357.989)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	25.911	(121.716)
Total do imposto de renda e contribuição social	25.911	(121.716)

(a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(b) Refere-se aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente, em decorrência dos efeitos mencionados na nota explicativa nº 2.

(c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% a.a. fiscalmente, e pelo prazo da concessão contabilmente.

(d) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

(e) Refere-se ao valor do direito de exploração, líquido da amortização acumulada, dos créditos remanescentes do Acordo Definitivo, em decorrência dos efeitos divulgados nas notas explicativas nº 2 e nº 10.

Notas Explicativas

8. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2024	9.789	1.285	1.620	7.000	-	28.670	48.364
Remensurações	99	36	(16)	-	-	1.381	1.500
Adições	-	-	1.390	-	-	-	1.390
Baixas	-	-	(1.603)	-	-	-	(1.603)
Saldo em 31.03.2025	9.888	1.321	1.391	7.000	-	30.051	49.651
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(7.852)	(1.182)	(1.551)	(2.871)	-	(4.529)	(17.985)
Amortização	(555)	(104)	(242)	(1.378)	-	(327)	(2.606)
Baixas	-	-	1.603	-	-	-	1.603
Saldo em 31.03.2025	(8.407)	(1.286)	(190)	(4.249)	-	(4.856)	(18.988)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	1.937	103	69	4.129	-	24.141	30.379
Saldo em 31.03.2025	1.481	35	1.201	2.751	-	25.195	30.663
Taxas de depreciação - a.a.	22%	31%	32%	50%		4%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2023	9.789	1.080	1.017	1.159	55	28.653	41.753
Remensurações	-	-	116	560	-	-	676
Saldo em 31.03.2024	9.789	1.080	1.133	1.719	55	28.653	42.429
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(5.740)	(790)	(909)	(1.037)	(42)	(3.298)	(11.816)
Amortização	(529)	(96)	(108)	(262)	(8)	(307)	(1.310)
Saldo em 31.03.2024	(6.269)	(886)	(1.017)	(1.299)	(50)	(3.605)	(13.126)
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	4.049	290	108	122	13	25.355	29.937
Saldo em 31.03.2024	3.520	194	116	420	5	25.048	29.303
Taxas de depreciação - a.a.	22%	36%	38%	50%	58%	4%	

- (a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se à locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se à locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se à locação de sede administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.327	9.072	1.162	2.371	3.634	17.566
Adições	-	12	-	433	75	520
Saldo em 31.03.2025	1.327	9.084	1.162	2.804	3.709	18.086
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.239)	(6.706)	(156)	(585)	(2.049)	(10.735)
Depreciação	(5)	(184)	(17)	(78)	(73)	(357)
Saldo em 31.03.2025	(1.244)	(6.890)	(173)	(663)	(2.122)	(11.092)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	88	2.366	1.006	1.786	1.585	6.831
Saldo em 31.03.2025	83	2.194	989	2.141	1.587	6.994
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	6%	11%	13%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.996	8.656	1.144	1.060	3.312	16.168
Adições	-	25	-	149	-	174
Transferências/reclassificações	(689)	1	-	370	318	-
Saldo em 31.03.2024	1.307	8.682	1.144	1.579	3.630	16.342
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(1.276)	(5.982)	(89)	(354)	(1.684)	(9.385)
Depreciação	(8)	(180)	(17)	(51)	(75)	(331)
Transferências/reclassificações	69	-	-	-	(69)	-
Saldo em 31.03.2024	(1.215)	(6.162)	(106)	(405)	(1.828)	(9.716)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	720	2.674	1.055	706	1.628	6.783
Saldo em 31.03.2024	92	2.520	1.038	1.174	1.802	6.626
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	6%	12%	13%	

Notas Explicativas

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Total do intangível	Infraestrutura em construção (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2024	1.371.019	28.434	60.152	877.955	8.284	2.345.844	39.302	2.385.146
Adições	13.717	-	-	-	26	13.743	12.249	25.992
Saldo em 31.03.2025	1.384.736	28.434	60.152	877.955	8.310	2.359.587	51.551	2.411.138
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2024	(920.748)	(23.906)	(54.517)	(50.563)	(5.349)	(1.055.083)	-	(1.055.083)
Amortização	(7.635)	(75)	(107)	(13.790)	(330)	(21.937)	-	(21.937)
Saldo em 31.03.2025	(928.383)	(23.981)	(54.624)	(64.353)	(5.679)	(1.077.020)	-	(1.077.020)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2024	450.271	4.528	5.635	827.392	2.935	1.290.761	39.302	1.330.063
Saldo em 31.03.2025	456.353	4.453	5.528	813.602	2.631	1.282.567	51.551	1.334.118
Taxas de amortização- a.a.(f)	4%	4%	2%	6%	16%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração	Software	Total do intangível	Infraestrutura em construção (e)	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2023	1.315.916	28.434	60.152	-	7.001	1.411.503	11.979	1.423.482
Adições	(1.160)	-	-	877.955	-	876.795	5.481	882.276
Saldo em 31.03.2024	1.314.756	28.434	60.152	877.955	7.001	2.288.298	17.460	2.305.758
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2023	(892.317)	(23.605)	(54.086)	-	(4.059)	(974.067)	-	(974.067)
Amortização	(6.487)	(76)	(107)	(9.193)	(317)	(16.180)	-	(16.180)
Transferências/reclassificações	4	-	(4)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2024	(898.800)	(23.681)	(54.197)	(9.193)	(4.376)	(990.247)	-	(990.247)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2023	423.599	4.829	6.066	-	2.942	437.436	11.979	449.415
Saldo em 31.03.2024	415.956	4.753	5.955	868.762	2.625	1.298.051	17.460	1.315.511
Taxas de amortização-a.a.(f)	4%	4%	3%	6%	12%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão. Após a assinatura do TAM 01/2024 a amortização foi adequada ao novo prazo de concessão para 31 de dezembro de 2039.
- (d) Créditos remanescentes do Acordo Definitivo que prorrogou o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2039, conforme mencionado na nota explicativa nº 2. A amortização está sendo reconhecida a partir da assinatura do TAM 01/2024 até o final do novo prazo de concessão refletindo as demais adequações de amortização dos intangíveis da Sociedade.
- (e) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas, implantação de terceira faixa na rodovia SP-215 no trecho do km 105+420 ao km 108+740, serviços de desapropriação e meio ambiente referentes a duplicação da SP-191, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

A Administração tem monitorado os gatilhos para fins de testes de *impairment* da Sociedade e concluiu que não há indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização. Como não havia gatilhos na data base das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2025, os seus ativos não foram submetidos para fins de testes de *impairment*.

Notas Explicativas

11. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimentos	31.03.2025	31.12.2024
11ª emissão - Série única	2.500.000	IPCA + 6,8672% a.a.	mai-38	2.668.977	2.575.125
				2.668.977	2.575.125
			Custo de transação	(101.463)	(103.200)
			Total	2.567.514	2.471.925
			Circulante	54.839	11.895
			Não circulante	2.512.675	2.460.030
			Total	2.567.514	2.471.925

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	19.607	2.555.518	2.575.125	379.382	726.768	1.106.150
Juros e variações monetárias provisionados	42.957	50.895	93.852	30.619	3.525	34.144
Pagamento de juros	-	-	-	(7.952)	-	(7.952)
Transferências	-	-	-	1.762	(1.762)	-
	62.564	2.606.413	2.668.977	403.811	728.531	1.132.342
Custo de transação	(7.725)	(93.738)	(101.463)	(1.127)	(673)	(1.800)
Saldo final	54.839	2.512.675	2.567.514	402.684	727.858	1.130.542

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor integralização
11ª emissão - Série única	27.05.2024	2.500.000	1	18.06.2024	2.500.000
		2.500.000			2.500.000

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2028	175.920
2029	177.741
Após 2029	2.252.752
	2.606.413

Em 9 de maio de 2024, a Sociedade encerrou a oferta da 10ª emissão de debêntures no total de R\$1.100.000. Essa emissão exerceu o papel de empréstimo ponte para liquidar as 5ª, 7ª, e 8ª emissões, e foi liquidada em 14 de junho de 2024 com a 11ª emissão, emitida em 27 de maio de 2024.

As debêntures da 11ª Emissão da Sociedade não apresentam garantias.

A escritura da 11ª emissão de debêntures da Sociedade possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo a principal elencada abaixo:

(a) Apresentar trimestralmente índice de alavancagem (Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado - Ônus fixo pago), de acordo com cada ano, menor ou igual a:

4,5	-	entre 2024-2027
4,0	-	entre 2028-2029
3,5	-	entre 2030-2031
3,0	-	em 2032

Notas Explicativas

2,5 - em 2033
2,0 - em 2034
1,5 - em 2035
1,0 - entre 2036-2038

Onde:

- (i) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos e debêntures menos todas as disponibilidades de caixa
(ii) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais (*); (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais (*); e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice
(iii) Ônus Fixo Pago = a soma dos pagamentos dos últimos 12 (doze) meses realizados ao Poder Concedente referentes ao direito de outorga fixo

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas informações contábeis intermediárias a ser apresentado pois em 31 de março de 2025 e 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures em 31 de março de 2025 e 2024.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

12. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$22.523 (R\$24.785 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$9.318 (R\$8.441 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	6.993	26.859	33.852	3.260	29.564	32.824
Remensurações	140	1.360	1.500	676	-	676
Adições/(Reversões)	631	759	1.390	-	-	-
Utilizações (*)	(3.394)	-	(3.394)	(1.984)	-	(1.984)
Ajuste a valor presente - AVP	989	-	989	838	-	838
Transferências	264	(264)	-	709	(709)	-
	5.623	28.714	34.337	3.499	28.855	32.354

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$2.273 (R\$1.272 em 31 de março de 2024).

Em 31 de março de 2025, o valor presente das parcelas vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	959
2027	840
2028	550
2029	608
Após 2029	25.757
	28.714

Notas Explicativas

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2025 são respectivamente R\$56 e R\$258 para PIS e Cofins (R\$33 e R\$151, respectivamente, em 31 de março de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 31 de março de 2025 a taxa média é de 11,2% a.a. (8,8% a.a. em 31 de março de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2025 e 2024 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	31.03.2025	31.12.2024
<u>Ativo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (a)	26	30
Autovias S.A. (a)	612	612
Centrovias S.A. (a)	395	395
Vianorte S.A. (a)	351	351
	1.384	1.388
Contas a receber de partes relacionadas circulante	1.384	1.388
Total parte relacionada no ativo circulante	1.384	1.388
<u>Ativo não circulante</u>	31.03.2025	31.12.2024
Debêntures a receber:		
Arteris S.A.- controladora (b)	1.842.251	1.793.233
	1.842.251	1.793.233
Empréstimos a receber de partes relacionadas não circulante	1.842.251	1.793.233
Total do ativo não circulante	1.842.251	1.793.233
<u>Passivo circulante</u>	31.03.2025	31.12.2024
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	5.284	4.497
Litoral Sul S.A. (a)	55	-
ViaPaulista S.A. (a)	150	261
	5.489	4.758
Passivos com partes relacionadas circulante	5.489	4.758
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.- controladora (c)	12.463	8.164
	12.463	8.164
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	12.463	8.164

Ativos Circulante e Não Circulante	31.03.2025			31.03.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	1.793.233	1.793.233	-	950.093	950.093
Juros provisionados	-	59.028	59.028	-	30.884	30.884
Imposto de renda retido na fonte	-	(10.010)	(10.010)	-	(4.632)	(4.632)
Saldo final	-	1.842.251	1.842.251	-	976.345	976.345

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	31.03.2025		31.03.2024	
	Receitas financeiras líquidas (b)	Despesas gerais (a)	Receitas financeiras líquidas (b)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	59.028	(5.306)	30.884	(4.013)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
ViaPaulista S.A.	-	(53)	-	(148)
Total	59.028	(5.359)	30.884	(4.161)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da holding, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Refere-se a instrumento particular de escritura da 4ª, 6ª, 8ª, 10ª e 16ª emissões de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescido do *spread* variando de 1,0% a 2,0% a.a., com vencimento do principal e juros conforme quadro abaixo:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2025		31.12.2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
25.06.2015	31.12.2028	CDI + 2,0% a.a.	226.410	353.837	226.410	337.365
02.08.2018	31.12.2028	CDI + 1,2% a.a.	100.000	70.135	100.000	65.457
14.11.2018	31.12.2028	CDI + 1,2% a.a.	40.000	26.739	40.000	24.908
21.10.2019	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	23.373	5.334	23.373	4.523
19.11.2019	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	50.000	27.614	50.000	25.418
26.01.2021	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	63.116	29.281	63.116	26.722
20.08.2021	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	50.000	23.228	50.000	21.246
18.06.2024	31.12.2028	CDI + 1,0% a.a.	700.000	53.184	700.000	34.695
			1.252.899	589.352	1.252.899	540.334
			1.842.251		1.793.233	

(c) Saldo a pagar de juros sobre o capital próprio conforme nota explicativa nº 19.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.276 (R\$713 em 31 de março de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$193 (R\$94 em 31 de março de 2024), relativos à diretoria da Sociedade e R\$1.083 (R\$619 em 31 de março de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$1.571 para o ano de 2025 (R\$2.350 para o ano de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas

Notas Explicativas

mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$3.011 e R\$2.394.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	31.03.2025	31.12.2024
Imposto de renda - IRPJ	16.167	15.152
Contribuição social - CSLL	6.301	6.375
	22.468	21.527
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	855	676
Programa de integração social - PIS	1.092	1.006
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	5.038	4.641
Tributos federais retidos	685	796
	7.670	7.119
Impostos sobre serviços - ISS	3.940	3.714
	3.940	3.714
Total obrigações fiscais	11.610	10.833
Total	34.078	32.360

17. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000 e a última em janeiro de 2020. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante	Valor presente / Valor real	
	31.03.2025	31.12.2024
Parcela variável (a/b)	1.279	1.224
Total	1.279	1.224

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio e acessórias mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade).

(b) Valor variável complementar correspondente a 22% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2025 ao Poder Concedente foi de R\$3.634 (R\$3.409 em 31 de março de 2024) referente às parcelas variáveis.

Notas Explicativas

18. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	1.199	750	(222)	(272)	23	1.478
Trabalhistas	320	575	(480)	161	1	577
Regulatórios	5.311	312	(379)	(215)	96	5.125
Total	6.830	1.637	(1.081)	(326)	120	7.180

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2024
Cíveis	1.743	1.462	(1.031)	(790)	24	1.408
Trabalhistas	533	821	(187)	(460)	1	708
Regulatórios	11.216	8.444	(3.507)	(6.519)	80	9.714
Total	13.492	10.727	(4.725)	(7.769)	105	11.830

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras da Sociedade. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos judiciais relativos a ARTESP. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

<u>Possíveis</u>	31.03.2025	31.12.2024
Cíveis	3.021	3.036
Trabalhistas	529	183
Regulatórios	141	176
Fiscal	3.469	3.397
Total	7.160	6.792

Os processos regulatórios foram incluídos no âmbito das negociações da fase II do TAM 01/2024 assinado em 10 de janeiro de 2024, conforme inciso II do art. 2º da Resolução SPI nº 001/2024. Dessa forma tais processos, de prognósticos prováveis e possíveis, foram alterados para remoto.

Os depósitos judiciais no montante de R\$69 (R\$69 em 31 de dezembro de 2024), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,42% a.a. em 31 de março de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão, o ciclo é de 5 anos.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Total
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	212.615	310.169	522.784
Adições/Reversões	1.740	79.517	81.257
Utilizações	(30.622)	-	(30.622)
Ajuste a valor presente	3.816	6.441	10.257
Transferências	2.534	(2.534)	-
Saldo em 31.03.2025	190.083	393.593	583.676

Notas Explicativas

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2023	74	-	74
Adições/Reversões	211.235	319.641	530.876
Utilizações	(26.504)	-	(26.504)
Ajuste a valor presente	2.457	5.374	7.831
Transferências	6.734	(6.734)	-
Saldo em 31.03.2024	193.996	318.281	512.277

No período findo em 31 de março de 2025 a Sociedade provisionou R\$81.257 referente aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente mencionado na nota explicativa n.º 2 (R\$530.876 em 31 de março de 2024, sendo R\$463.710 da constituição inicial na assinatura do acordo e R\$67.166 de provisão recorrente no decorrer do período).

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2025 referentes às manutenções realizadas foram de R\$27.898 (R\$21.447 em 31 de março de 2024).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$129.625, composto por 4.763.110 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e Retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre o capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

No período findo em 31 de março de 2025, a Sociedade reconheceu a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$5.057, que serão considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório, o qual incide Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, conforme segue:

Aprovação	Período	Pagamento	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
AGE 31.03.2025	1º Trimestre 2025	(*)	5.057	758	4.299

Notas Explicativas

(*) Saldos líquidos no período findo em 31 de março de 2025 ainda não pagos no montante de R\$12.463 (R\$8.164 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 14 e 23.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2025	31.03.2024
Receita de serviços prestados	187.015	173.176
Receita de serviços de construção	25.966	4.322
Receita de reequilíbrio (*)	-	877.955
Outras receitas	3.400	3.491
Receita bruta	216.381	1.058.944
ISSQN	(9.353)	(8.665)
PIS	(1.237)	(1.148)
COFINS	(5.712)	(5.299)
Outras deduções	(27)	(23)
Receita líquida	200.052	1.043.809

(*) Receita registrada no período findo em 31 de março de 2025 referente aos créditos remanescentes do Acordo Definitivo firmado com o Poder Concedente conforme mencionado na nota explicativa nº 2 e 18.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2025	31.03.2024
Custos:		
Com pessoal	(7.686)	(5.985)
Serviços de terceiros	(2.573)	(2.615)
Conservação	(2.759)	(4.266)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(223)	(208)
Consumo	(430)	(566)
Transportes	(1.372)	(1.202)
Seguros / Garantias	(836)	(874)
Ônus variável	(3.689)	(3.462)
Provisão de manutenção em rodovias (*)	(81.257)	(530.876)
Custos de serviços da construção	(25.966)	(4.322)
Depreciação / Amortização	(10.054)	(7.631)
Amortização da Outorga	(13.865)	(9.269)
Outros	(28)	(62)
Total	(150.738)	(571.338)

	31.03.2025	31.03.2024
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(4.891)	(4.075)
Serviços de terceiros	(661)	(690)
Manutenção de bens e conservação	(645)	(391)
Consumo	(359)	(409)
Transportes	(19)	(23)
Seguros/Garantias	(6)	(3)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(556)	(6.002)
Comunicação e marketing	(80)	(49)
Indenizações à terceiros	(105)	(66)
Publicações legais	(2)	(3)
Depreciação / Amortização	(981)	(921)
Outros	(297)	(246)
Total	(8.602)	(12.878)

(*) Provisão referente aos valores previstos para 4ª intervenção de manutenção nas rodovias como parte do acordo firmado com o Poder Concedente conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e nº 18.

Notas Explicativas

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2025	31.03.2024
<u>Receitas financeiras:</u>		
Juros ativos	59.028	30.884
Aplicações financeiras	6.529	2.568
Créditos fiscais	2	1
Atualização monetário - processos regulatórios	-	6
Outras receitas	1	-
Total	65.560	33.459
	31.03.2025	31.03.2024
<u>Despesas financeiras:</u>		
Encargos financeiros (*)	(93.852)	(34.144)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(11.246)	(8.669)
Outras despesas	(2.623)	(938)
Total	(107.721)	(43.751)

(*) Encargos financeiros juros incorridos sobre os saldos a pagar das Debêntures de 5ª, 7ª, 8ª e 11ª emissão durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024.

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2025	31.03.2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (b)	25.992	882.276
Total das adições de imobilizado (a)	520	174
	26.512	882.450
Aquisição (adições)	(26.512)	(882.450)
Fornecedores	(3.882)	(9.569)
Direito de exploração (c)	3	877.955
Obrigações fiscais	(231)	(822)
Contas a pagar - partes relacionadas	547	557
Cauções contratuais	1.169	661
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível	(28.906)	(13.668)
Fluxo de caixa Imobilizado	(520)	(174)
Fluxo de caixa Intangível	(28.386)	(13.494)
Total dos Fluxos de caixa de Imobilizado e Intangível	(28.906)	(13.668)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar do período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção.	(2.394)	(9.173)
	31.03.2025	31.03.2024
Outras transações que não envolveram caixa:		
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	4.299	4.345

(a) Vide nota explicativa nº 9.

(b) Vide nota explicativa nº 10.

(c) Créditos remanescentes do Acordo Definitivo, entre a controlada Intervias e ARTESP, que prorrogou o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2039, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Notas Explicativas

24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	31.03.2025	31.03.2024
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do período	925	298.490
Número de ações durante período	4.763	4.763
Lucro por ação	0,19420	62,66850

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

			31.03.2025		31.12.2024	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	221.351	221.351	158.411	158.411
Aplicações financeiras	N/A	2	27.986	27.986	28.655	28.655
Contas a receber clientes	N/A	2	47.197	47.197	40.208	40.208
Contas a receber e outros recebíveis - partes relacionadas	N/A	2	1.384	1.384	1.388	1.388
Debêntures a receber - partes relacionadas	N/A	2	1.842.251	1.842.251	1.793.233	1.793.233
Outros créditos	N/A	2	287	287	221	221
			2.140.456	2.140.456	2.022.116	2.022.116
Passivo						
Debêntures (a)	N/A	2	2.668.977	2.561.968	2.575.125	2.403.402
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	31.841	31.841	33.226	33.226
Credores pela concessão	N/A	2	1.279	1.279	1.224	1.224
Outras contas a pagar	N/A	2	1.792	1.792	2.388	2.388
			2.703.889	2.596.880	2.611.963	2.440.240

a) Valor bruto

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

As debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado tais como taxas de juros que irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de março de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando redução de 25% e aumento de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos e debêntures sujeitos a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%	9,30%
Receita de aplicações financeiras	30.917	38.646	46.376	23.188
Receita financeira de mútuo e Debêntures privadas (*)	249.775	307.474	365.172	192.077
Juros a incorrer CDI líquido (*)	280.692	346.120	411.548	215.265
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%	3,38%
Juros a incorrer - Debêntures	(299.788)	(330.656)	(361.524)	(268.920)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(299.788)	(330.656)	(361.524)	(268.920)
Juros a incorrer líquido no resultado	(19.096)	15.464	50.024	(53.655)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 01 de abril de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos

Notas Explicativas

eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade prevê interromper a prestação de serviços em casos de inadimplementos

Em 31 de março de 2025, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$46.781 (R\$39.794 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais Meios de Pagamentos Ltda, Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Veloe - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., Cielo S.A., Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A. e Auto Expresso - DBTRANS S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Para o período findo em 31 de março de 2025, o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$45.843 (R\$90.524 em 31 de dezembro de 2024).

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	11,16%	34.337	76.462	2.208	7.406	3.986	3.651	59.211
Debêntures - IPCA (b)	11,30%	2.668.977	2.729.099	-	-	-	156.707	2.572.392
Fornecedores e cauções contratuais	-	31.841	31.841	30.291	1.550	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	5.489	5.489	5.489	-	-	-	-
Credores pela concessão	-	1.279	1.279	1.279	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	1.792	1.792	1.690	102	-	-	-
		2.743.715	2.845.962	40.957	9.058	3.986	160.358	2.631.603

- (a) Média ponderada efetiva % a.a.
- (b) Valor bruto dos custos de transação.

Notas Explicativas

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	40.899
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	301.617

(*) Por sinistro

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2024, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 30 de abril de 2024 e 26 de fevereiro de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 12 de maio de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Wallace Vinicius dos Santos Merlin - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 31 de março de 2025.

São Paulo, 15 de maio de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Walace Vinicius dos Santos Merlin - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia